

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS,  
DEPUTADO RODRIGO MAIA

Rep. 141/2016

Ponto: 5618 Ass.:

88

Origen: PT

Secretaria-Geral da Mesa SFPRO 16/Dez/2016 17:33

O **PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT**, agremiação partidária com registro no Tribunal Superior Eleitoral – TSE e representação no Congresso Nacional, com sede no Setor Comercial Sul, Quadra 2, Bloco C, nº 256, Ed. Toufic, Brasília-DF, CEP 70302-000, por seu presidente **Rui Falcão**, brasileiro, brasileiro, casado, jornalista, portador da cédula de identidade RG nº 3171369 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 614.646.868-15, vem à presença de Vossa Excelência, com fulcro no artigo 55, II e § 2º, da Constituição Federal, nos artigos 17, VI, “g”, 231, 240, II e § 2º, 244, 253 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e artigos 3º, II, III, IV e VII, 4º, IV, 5º, X e 9º do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados,

#### **REPRESENTAR POR QUEBRA DE DECORO PARLAMENTAR**

Contra **EDUARDO NANTES BOLSONARO**, deputado federal, brasileiro, casado, servidor público, com endereço no Anexo III da Câmara dos Deputados, gabinete 481, Brasília/DF, CEP 70160-900, pela prática de gravíssimo fato a seguir apresentado, requerendo, desde logo, que a presente

seja recebida, autuada e encaminhada ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para que sejam adotadas todas as providências legais e regimentais pertinentes à relevância do caso ora relatado.

## **I. DOS FATOS**

No dia 18 de abril de 2016, o deputado Eduardo Bolsonaro publicou em suas páginas no YOUTUBE (<https://www.youtube.com/watch?v=xqdLLtzDcXU&t=58s>) e no Facebook (<https://www.facebook.com/bolsonaro.enb/videos/511714712354491/>) um vídeo montado e editado com o nítido objetivo de distorcer alguns fatos ocorridos durante a sessão plenária da Câmara dos Deputados do dia 17 de abril de 2016 e, em no final das contas, induzir a erro as pessoas que assistem ao vídeo – inclusive os parlamentares desta Casa, como ficará demonstrado a seguir.

### **DA QUEBRA DE DECORO PARLAMENTAR**

O vídeo acima referido denota uma grave deturpação dos acontecimentos e inversão propositada da ordem temporal em que os fatos ocorreram. Duas cenas essenciais para a análise de um determinado episódio foram invertidas: o vídeo produzido e publicado mostra o deputado Jean Wyllys se aproximando do deputado Chico Alencar e dizendo-lhe, segundo a “legenda” inserida na montagem: “vou cuspir no Bolsonaro”.

Em seguida, o vídeo mostra a reação do deputado Jean Wyllys. Porém, **a sequência real dos fatos é exatamente a contrária** e o comentário que o deputado Jean Wyllys fez ao deputado Chico Alencar foi o seguinte: “Eu cuspi na cara do Bolsonaro, Chico”.

O vídeo ainda contém a frase: *“Record News flagra Jean Wyllys premeditando quebra de decoro na votação do impeachment”*, o que demonstra a intencionalidade de induzir a erro e forçar uma interpretação totalmente equivocada àqueles que assistem o vídeo.

Dois vídeos foram anexados a esta representação (doc. 01):

- a) Vídeo original disponibilizado pela Rede Record (no CD, arquivo denominado “vídeo original da Record”);
- b) Vídeo montado pelo deputado Eduardo Bolsonaro (no CD, arquivo denominado “vídeo forjado pelo Eduardo Bolsonaro”).

Em anexo também consta uma cópia da perícia realizada pelo Instituto de Criminalística da Polícia Civil de Brasília, extraída dos autos da representação nº 11/2016 do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, fazendo prova inequívoca e detalhada da falsificação do vídeo conforme explicado acima (doc. 3).

### **DA FRAUDE NO ANDAMENTO DA DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ÉTICA**

É importante que Vossa Excelência leve em consideração que o vídeo manipulado não foi apenas publicado nas redes sociais do Representado com o intuito de iludir milhões de brasileiros e de difamar um deputado federal – o que já seria gravíssimo, visto que o vídeo está com mais de seis milhões de visualizações. O vídeo foi produzido, também, para influenciar os membros da Corregedoria e do Conselho de Ética, tanto que foi utilizado como “prova” pelo deputado federal Alberto Fraga em sua Representação perante o Conselho de Ética em desfavor do deputado Jean Wyllys (Representação nº 110.990, de 2016).

Um vídeo fraudulento utilizado como prova para imputar uma penalidade a um parlamentar honrado é de tamanha gravidade para o Parlamento que enseja que esta Representação seja encaminhada ao Conselho de Ética para o devido processamento.

O artigo 4º do Código de Ética e Decoro Parlamentar prevê de modo muito claro a conduta descrita acima. Senão, vejamos:

Art. 4º Constituem procedimentos incompatíveis com o decoro parlamentar, **puníveis com a perda do mandato**:

(...)

IV - **fraudar, por qualquer meio ou forma**, o regular andamento dos trabalhos legislativos **para alterar o resultado de deliberação**; (grifamos)

É importante destacar que o art. 4º estabelece que a fraude através de **qualquer meio ou forma**, desde que exista objetivo de alterar ou viciar o resultado de uma deliberação nesta Câmara dos Deputados (ainda que não tenha êxito), é punível com a perda do mandato.

Desta forma, mesmo que o Representado argumente que não se utilizou usou, ele próprio, do vídeo-montagem para viciar a vontade dos julgadores do Conselho de Ética, ainda assim incorre no artigo 4º na medida em que, no mínimo, omitiu-se de esclarecer a falsidade do material usado como prova no Conselho de Ética.

Se o artigo 4º do Código de Ética e Decoro Parlamentar estabelece como punível a fraude **“por qualquer meio ou forma”**, resta demonstrada a incidência da ação do Representado no referido dispositivo, uma vez que a fraude foi praticada por pelo menos dois meios e formas, quais sejam: a) o ato de falsificar o vídeo de uma sessão da Câmara dos Deputados, e b) a omissão diante do uso do material falsificado pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar desta Casa. São dois meios e formas pelos quais o deputado representado fraudou o andamento dos trabalhos do Conselho de Ética com intuito de viciar a vontade dos julgadores da Representação contra o deputado Jean Wyllys.

Por fim, é fundamental esclarecer que o texto do inciso IV do artigo 4º do Código de Ética e Decoro Parlamentar deixa claro que a “simples” fraude

ao andamento dos trabalhos, mesmo que não seja suficiente para alterar o resultado da deliberação, é passível de punição de perda de mandato.

## **DA VIOLAÇÃO AOS DEVERES FUNDAMENTAIS DO DEPUTADO**

Por sua vez, o art. 3º do Código de Ética e Decoro Parlamentar estabelece uma série de obrigações fundamentais dos deputados, entre elas:

Art. 3º São deveres fundamentais do Deputado:

(...)

II – **respeitar** e cumprir a Constituição Federal, **as leis** e as normas internas da Casa e do Congresso Nacional;

III – **zelar pelo prestígio**, aprimoramento e valorização das instituições democráticas e representativas e pelas prerrogativas do Poder Legislativo;

IV – **exercer o mandato com dignidade** e respeito à coisa pública e à vontade popular, **agindo com boa-fé**, zelo e probidade;

(...)

VII – **tratar com respeito e independência os colegas**, as autoridades, os servidores da Casa e os cidadãos com os quais mantenha contato no exercício da atividade parlamentar, não prescindindo de igual tratamento;

(...)

Incide, ainda, sobre a ação praticada pelo Representado, o inciso X do artigo 5º, do Código de Ética e Decoro Parlamentar:

Art. 5º Atentam, ainda, contra o decoro parlamentar as seguintes condutas, puníveis na forma deste Código:

(...)

**X – deixar de observar intencionalmente os deveres fundamentais do Deputado, previstos no art. 3º deste Código.**

Parágrafo único. As condutas puníveis neste artigo só serão objeto de apreciação mediante provas.

Não resta dúvida de que a falsificação de documentação audiovisual de uma sessão da Câmara dos Deputados, com a intenção clara e inequívoca de prejudicar moral e materialmente um colega parlamentar, além de induzir os demais parlamentares a erro, portanto fraudando o andamento dos trabalhos, viola todas as normas acima destacadas: o respeito às leis, o zelo pelo prestígio do Poder Legislativo, a boa-fé, o respeito aos colegas, entre outros.

Com efeito, é dever cívico de todos os cidadãos e cidadãs do País respeitar as leis e se conduzir com dignidade e respeito ao outro. No caso de um parlamentar, eleito por cidadãos para representá-los, tal comportamento é mais que um dever, tendo em vista que ele passa a encarnar a própria soberania popular e os valores da nação, fundamentados entre outros na dignidade da pessoa humana.

Neste caso, especialmente, a violação da lei pelo representado atinge a democracia representativa como um todo, o próprio Congresso Nacional, e não só o deputado que fora vítima da manipulação e falsificação das imagens realizadas pelo representado. Ademais, na sua função de “fazedor de leis”, os desvios éticos, morais e legais precisam ser ainda menos suportáveis, sob pena de total descrédito das instituições, como já vem ocorrendo e, também por isso, esse episódio merece uma resposta firme do Conselho de Ética e Decoro da Câmara dos Deputados.

## **DO CRIME DE DIFAMAÇÃO**

O artigo 139 do Código Penal tipifica o crime de difamação como “difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação”. Dessa forma, o *animus difamandi* resta caracterizado na conduta do Representado, visto que, ao deturpar o ocorrido durante a sessão do dia 17 de abril por meio da fabricação de um vídeo falso, outro objetivo não buscou o Representado, senão imputar ao deputado Jean Wyllys fato ofensivo a sua reputação, qual seja, a premeditação da conduta, o que, frisa-se, não condiz com a verdade.

Não há dúvidas que imputar ao deputado Jean Wyllys a premeditação da conduta, por meio da fabricação de vídeo falso, atinge diretamente sua honra objetiva na medida em que distorce completamente o ocorrido, atribuindo-lhe dolo inexistente e, conseqüentemente, atenta contra o seu apreço social.

Como já foi explanado no plenário do Supremo Tribunal Federal “o delito de difamação considera-se perpetrado por quem, afirmando ato certo e definido, ofende a honra de outrem, ainda que se repisem fatos sobre aquilo que os outros reputam a respeito do cidadão, no tocante a seus atributos físicos, intelectuais e morais. Precedente: Inq. 2.503, Plenário, Rel. Min. Eros Grau, DJe 21/05/2010” (STF, Inq. 2.915/PA, Rel. Min. Luiz Fux, Pleno, DJe 31/05/2013).

Deve-se ter em mente que agrava o crime de difamação o fato de ter sido cometido contra um funcionário público – agente público, deputado federal – no exercício das suas funções, bem como o fato da difamação ter sido publicada em rede social com grande alcance de repercussão, conforme preconiza o artigo 141, II e III, do Código Penal brasileiro.

Assim, incorreu o deputado Eduardo Bolsonaro em crime de difamação, cuja pena seria majorada em um terço em juízo.

## **DO CRIME DE FALSIDADE IDEOLÓGICA**

O artigo 299 tipifica o crime de falsidade ideológica como “omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante”.

O Deputado Eduardo Bolsonaro ao alterar vídeo televisivo, cuja relevância jurídica é imprescindível para o julgamento da Representação nº 11/2016, distorcendo o ocorrido e, portanto, fabricando declaração falsa, incorre no crime de falsificação ideológica.

Guilherme de Souza Nucci é claro ao dizer que o termo *declaração* constante no tipo penal tem significado variado, podendo tratar-se, por exemplo, de **afirmação**, de **relato**, de **depoimento** ou de **manifestação**<sup>1</sup>.

**A conduta de Eduardo Bolsonaro no caso ora em debate, enquadra-se não em apenas um, mas em todos os exemplos elencados pelo doutrinador penal.**

Ademais, o crime de falsificação ideológica cometido pelo Deputado Eduardo Bolsonaro é de tal forma grave que teria, em juízo, sua pena aumentada de sexta parte, por ser o agente funcionário público, nos termos do artigo 299, parágrafo único do Código Penal.

Nesse contexto, tal atitude mostra-se totalmente incompatível com o comportamento que se espera de um Deputado, razão pela qual não deve encontrar respaldo por parte desta Casa Legislativa.

As condutas (comissiva e omissiva) criminosas do Deputado Eduardo Bolsonaro ferem de morte a ética e o decoro parlamentar que devem nortear as atitudes de quem exerce tal função.

---

<sup>1</sup> NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de Direito Penal: Parte Especial – Arts. 213 a 361 do Código Penal. Vol. 3. Rio de Janeiro: Forense, 2016. p. 404.



## II. DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer:

- a) O recebimento, autuação e encaminhamento da presente ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a abertura de processo ético-disciplinar por quebra de decoro parlamentar do deputado ora Representado, nos termos do inciso I, § 2º, do artigo 9º, do Código de Ética e Decoro Parlamentar;
- b) A notificação do Representado para que responda, querendo, a presente Representação no prazo regimental;
- c) Que, ao final do processo disciplinar, seja aplicada a sanção cabível ao fato, levando-se em conta a sua gravidade.

Termos em que pede e espera deferimento.

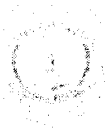
Brasília/DF, 15 de dezembro de 2016.



RUI FALCÃO

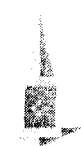
Presidente do Partido dos Trabalhadores - PT

doc. 01



POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICA  
INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA

doc 02



LAUDO 25.255/2016

Referências: Ofícios 064 e 068/2016 – CEDPA/S / Câmara dos Deputados  
Protocolo 1.528.408/2016 – DGPC / PCDF  
Representação 11/2016 – CEDPA/S / Câmara dos Deputados  
SISCOD 31.686/2016 – IC

## LAUDO DE PERÍCIA CRIMINAL

**NATUREZA DA PERÍCIA:** Exame de Material Audiovisual

**REQUISITANTE/SOLICITANTE:** Adriana Dias Godoy, Secretária do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados

**DATA DO EXAME:** 02 de dezembro de 2016

**LOCAL:** Instituto de Criminalística – Seção de Perícias de Biometria Forense e Audiovisuais

**DIRETOR DO INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA:** Perito Criminal Gustavo de Carvalho Dalton

**PERITO CRIMINAL:** Gilson Apolinário Peixoto - Relator  
Nelice Roberta da Silva Costa – Revisora  
Yuri Lima Ribeiro – Suporte Técnico

"Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade"

Assinado Digitalmente: f70b1574aa439f21c8dfe51265ebbe1abc16ec4816288d03d706d3d560aa8a5c

**1 OBJETIVO PERICIAL**

O exame tem por finalidade a transcrição, por meio de “leitura labial”, da fala do Deputado Jean Wyllys em trechos específicos dos vídeos contidos no material recebido, conforme especificado nos ofícios em referência.

**2 MATERIAL EXAMINADO**

**2.1 Mídia recebida por meio do Ofício nº 064/16 – CEDPA/S**

<b>Suporte:</b> CD-R	<b>Marca:</b> Imation
<b>Conteúdo:</b> um arquivo de vídeo (tipo mp4)	
<b>Arquivo</b>	<b>Código de Integridade<sup>1</sup></b>
Video 09 - Defesa entregue na CORREGEDORIA.mp4	163896e13496ca2e69be8c83cf6b8802
Trecho delimitado pelo Ofício 064 CEDPA/S: 17 a 29 segundos do vídeo	

**2.2 Mídia recebida por meio do Ofício nº 068/16 – CEDPA/S**

<b>Suporte:</b> CD-R	<b>Marca:</b> Imation
<b>Conteúdo:</b> um arquivo de vídeo (tipo mpg)	
<b>Arquivo</b>	<b>Código de Integridade</b>
EFB_FLAGRANTEJEANNOVO18_RCAP52T0.mpg	b3765970f11582f818976c8f29f66b03
Trecho delimitado pelo Ofício 068 CEDPA/S: 15 a 20 segundos do vídeo	

**2.3 Arquivo de vídeo complementar (disponibilizado por servidor da CEDPA/S)<sup>2</sup>**

<b>Arquivo</b>	<b>Código de Integridade</b>
VIDEO_TS/VTS_01_1.VOB	ed1d04b53f107dbedc9d45b49fd32b7c

**3 EXAMES**

**3.1 Dos vídeos recebidos**

Os vídeos descritos nos itens 2.1 e 2.2 apresentam imagens em cores, foram produzidos por câmera móvel, são dotados de áudios e apresentam descontinuidades na sequência das cenas registradas.

Verificou-se que, em ambos os vídeos, os trechos delimitados referem-se a uma mesma cena, em que o Deputado Federal Jean Wyllys aproxima-se de um grupo de pessoas dentro do plenário da Câmara dos Deputados e inicia uma conversa, conforme ilustram as Imagens 01 a 04.

<sup>1</sup> Foi gerado um código de integridade baseado no algoritmo MD5 para os arquivos objeto de exames, de modo a garantir a integridade. Assim, qualquer adulteração, como supressão ou acréscimo nesses arquivos, pode ser detectada.

<sup>2</sup> Em atendimento a solicitação da equipe de perícia, o servidor da Câmara dos Deputados Sr. Fabiano Mendes Lima, Ponto 8.119, compareceu a este Instituto de Criminalística e disponibilizou outro arquivo de vídeo considerado pelos peritos como relacionado aos fatos em apuração.

Cabe salientar que, por se tratar de fato amplamente divulgado pela mídia, pode-se observar prontamente que essas cenas se passam durante o processo de votação da admissibilidade do impeachment da então presidente Dilma Rousseff, ocorrido em 17/04/2016.



O arquivo de vídeo "Video 09 - Defesa entregue na CORRÊGEDORIA.mp4" (item 2.1) apresenta parte de uma reportagem da emissora Record. No trecho objeto dos exames, ouve-se a seguinte narrativa da apresentadora:

*"... ele pega bem de pertinho o momento em que Jean cuspe... e cuspe bastante, viu?  
E aí ele sai andando ao lado ali dos governistas que estavam acompanhando e ele  
fala claramente... se você ler o lábio dele: 'eu cuspi na cara do Bolsonaro. Cuspi'.  
Ele fala isso várias vezes".*

O vídeo do arquivo denominado "EFB\_FLAGRANTEJEANNOVOIS\_RCAP52TV.mpg" apresenta áudio com ruídos e diversas falas. No trecho objeto dos exames, pode-se ouvir, ao fundo, parte do pronunciamento de um dos parlamentares, com o seguinte teor:

*"...tenho pena por ela não ter entendido que vale muito mais a pena insistir no  
empreendedorismo..."*

Por fim, o arquivo de vídeo "VIDEO\_TS\_VTS\_01\_1.VOB" (item 2.3) mostra o discurso de alguns parlamentares durante o processo de votação de admissibilidade do *impeachment*.

### 3.2 Da transcrição por meio de “leitura labial”

Com relação ao exame de transcrição por meio de “leitura labial”, em função da sua intrínseca característica de observação pessoal, optou-se por uma metodologia em que diversos peritos criminais deste Instituto de Criminalística procederam à análise dos vídeos de forma individual, emitindo o seu parecer. Salienta-se que, nesta fase dos exames, também participou das análises o Perito Criminal Yuri Lima Ribeiro, o qual é portador de deficiência auditiva e utiliza-se, desde a infância, de leitura labial para sua comunicação habitual.

Os exames foram realizados com base na fonética articulatória, utilizando-se como referência de comparação trechos do pronunciamento do Deputado Jean Wyllys constantes no vídeo descrito no subitem 2.3.

Cabe esclarecer que a leitura labial leva em consideração a observação da articulação dos lábios para a formação dos fonemas. Uma mesma articulação labial pode ser realizada para a formação de fonemas distintos. Assim, a transcrição apresentada leva em consideração informações de contexto para inferir a fala associada.

Dessa forma, os peritos criminais concluíram que a fala do Deputado Jean Wyllys no trecho delimitado foi:

*“Eu cuspi na cara do Bolsonaro, Chico. Eu cuspi na cara do Bolsonaro. Eu cuspi!”*

### 3.3 Da ordem cronológica das cenas

Em decorrência da constatação de descontinuidade entre a cena questionada e a cena em que o Deputado Jean Wyllys aparece cuspiando, a qual ocorreu imediatamente após o seu pronunciamento, os peritos consideraram relevante determinar sua ordem cronológica, visando colaborar para o esclarecimento dos fatos. Para isso, foi solicitada a apresentação de vídeos referentes aos pronunciamentos de outros parlamentares (ver item 2.3). Constatou-se, no pronunciamento do Deputado Júlio Lopes, o qual ocorreu imediatamente após o do Deputado Jean Wyllys, a seguinte frase:

*“Eu quero dizer que respeito muito aos meus contrários, Deputado Glauber, mas que da Presidente Dilma eu tenho pena. Eu tenho pena por ela não ter entendido que vale muito mais a pena insistir no empreendedorismo do Brasil, por insistir que cada cidadão e que cada cidadão construa sua própria vida, do que fazer esse assistencialismo e esse populismo”.*

Observa-se que o texto negrito coincide com aquele que se pode ouvir ao fundo, no arquivo de vídeo “*EFB\_FLAGRANTEJEANNOVOIS\_RCAP52T0.mpg*”, durante a fala do Deputado Jean Wyllys transcrita no item 3.2.

Além disso, examinando detalhadamente o vídeo durante o pronunciamento do Deputado

